

BRASIL

brasil@grupotarde.com.br

RACISMO PUC-Rio vai investigar casos envolvendo estudantes de direito

www.atarde.com.br/brasil

Camilla Domingues / Palácio Piratini

TRABALHO Sem a contribuição obrigatória, após a reforma trabalhista, entidades perderam principal fonte de recursos

Arrecadação de sindicatos cai 88% em 2018, diz MTE

MARCO ANTÔNIO JR. A TARDE SP

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou que os sindicatos trabalhistas arrecadaram 88% menos nos quatro primeiros meses de 2018. Os dados refletem a queda da contribuição obrigatória após a reforma trabalhista, o que reduziu a principal fonte de receita das associações de classe.

De acordo com o MTE, o volume total arrecadado pelas associações que representam trabalhadores sofreu uma queda de 90% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Outro motivo que pode explicar a redução é a persistência do desemprego, que hoje atinge 12,9% da população economicamente ativa, com 13,4 milhões de pessoas sem trabalho. Como resultado na queda, sindicatos patronais reduziram sua infraestrutura, informatizaram serviços e

venderam bens, como imóveis e veículos. Por outro lado, entidades como a Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA) estão cada vez mais atuantes nas mobilizações em fábricas e eventos, como manifestações e paralisações. Na última semana, a entidade estadual esteve presente em três eventos: greve dos petroleiros, manifestação contrária ao alto preço dos combustíveis em Salvador e uma mobilização de apoio ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pes-

quisa e Desenvolvimento Agropecuario (Sinpaf), contra o que a entidade chamou de desmonte da Embrapa, em Brasília. Sindicatos em todo o País padecem do mesmo malefício. Há ao menos 13 ações impetradas no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão que extinguiu a contribuição obrigatória.

É o caso da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), que divulgou ter receitas reduzidas em 70% este ano, o que ocasionou grandes cortes de custeio. A Confederação Nacional do Turismo entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) onde questiona o fim do imposto sindical, previsto na reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

A entidade justifica que sua criação se deve à previsibilidade desta receita garantida anteriormente. Na ação, a CNTur explica que "a Lei 13.467/2017, ao promover as

alterações nos dispositivos ora impugnados, instituiu tratamento desigual entre os contribuintes de uma mesma relação jurídica ao tornar facultativo o recolhimento de tal tributo, em completa e absoluta afronta ao texto constitucional. Além de promover o enriquecimento ilícito da atuação da Confederação requerente [CNTur] e demais entidades patronais, sem contribuir para o custeio das suas iniciativas estatutárias".

Fiesp Outra ação que aguarda decisão da Suprema Corte foi impetrada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Conttmf), que foi seguida por outras entidades trabalhistas.

Um dos casos mais emblemáticos é o da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que divulgou ter reduzido em 20% o número de funcionários. Alguns sindicatos foram unificados em setores como construção civil e máquinas e equipamentos, assim como o de micro e pequenas empresas.

O STF discutirá questão. O ministro relator das ações de inconstitucionalidade, Edson Fachin, pautou a discussão do retorno do imposto obrigatório para o dia 28 de junho.

Em algumas manifestações, no entanto, tem sido favorável à volta da contribuição. Seu argumento diz que a representação é formada por um tripé composto pela representatividade obrigatória, custeio das entidades e unicidade sindical. Fachin defende que acabar com a cobrança sem um período de transição para discussão de novas regras também permitiu à União uma renúncia fiscal, já que parte da contribuição se reverte em impostos para o fisco.



Outro motivo que também pode explicar redução da arrecadação é o desemprego

ção Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Conttmf), que foi seguida por outras entidades trabalhistas. Um dos casos mais emblemáticos é o da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que divulgou ter reduzido em 20% o número de funcionários. Alguns sindicatos foram unificados em setores como construção civil e máquinas e equipamentos, assim como o de micro e pequenas empresas.

O STF discutirá questão. O ministro relator das ações de inconstitucionalidade,

Edson Fachin, pautou a discussão do retorno do imposto obrigatório para o dia 28 de junho.

Em algumas manifestações, no entanto, tem sido favorável à volta da contribuição. Seu argumento diz que a representação é formada por um tripé composto pela representatividade obrigatória, custeio das entidades e unicidade sindical. Fachin defende que acabar com a cobrança sem um período de transição para discussão de novas regras também permitiu à União uma renúncia fiscal, já que parte da contribuição se reverte em impostos para o fisco.

Sindicatos reduzem infraestrutura, informatizam serviços e vendem bens

LEI SECA

Mais adultos dirigem alcoolizados

GABRIELA ALBACH A TARDE SP

A frequência de adultos que conduzem veículos motorizados após ter ingerido qualquer tipo de bebida alcoólica aumentou 16% em todo o País entre 2014 e 2017. A informação faz parte da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), do Ministério da Saúde, em todas as capitais do Brasil. Dez anos após a implementação da lei seca, um dado chama a atenção: 6,7% da população adulta admitiu conduzir veículo motorizado após o consumo de be-

bidá alcoólica. Os homens continuam assumindo mais essa infração do que as mulheres, com 11,7% e 2,5%, respectivamente. "Esse é um perfil mundial, porém mais grave no Brasil devido à infraestrutura que o País oferece aos condutores. É

necessário ser mais prudente. Os governos também precisam rever como podem tornar as vias melhores e mais seguras", afirmou Fátima Marinho, diretora de doenças e agravos não transmissíveis e promoção da saúde do Ministério da Saúde.

Palmas, no Tocantins, é a cidade que lidera o ranking de capitais em que as pessoas assumem dirigir depois de beber, com 16 a cada 100 entrevistados. A capital com menor frequência desse comportamento é Recife (2,9%). De acordo com a Vigitel, por falta de etílo, o consumo abusivo de bebidas alcoólicas cresce em todos os estratos, exceto entre os adultos mais jovens (18 a 24 anos), onde há estabilidade

de 2006 a 2017. Por escolaridade, no mesmo período, só foi observado aumento entre adultos com 12 ou mais anos de estudo, sendo estável entre os demais.

Dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) apontam que 32.615 pessoas morreram devido a acidentes de trânsito em 2017. O número representa queda de mais de 13% em relação a 2016, quando foram registrados mais de 37 mil óbitos. Em 2017, somente no feriado de Corpus Christi, foram registrados 1.900 acidentes. Além disso, 941 motoristas foram autuados por dirigir embriagados e 74 pessoas morreram, um aumento de 32% em relação a 2016.



Em 27 cidades, 6,7% da população diz dirigir após beber

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA AVISO DE ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURI-BA AVISOS DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO NOVO - BA ABERTURA DE PROPOSTAS

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018 - Menor Preço Global

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA AVISO DE ADIAMENTO "SINE DIE" - PP (SRP) Nº. 028/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS PREGÃO PRESENCIAL ARP Nº 043-2018-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DURADO PP 25/18

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO-SEC BAHIA GOVERNO DO ESTADO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 007/2018